

ATA N.º 3

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DE 02-02-2012

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no edifício dos Paços do Concelho, sob a direção do Sr. Presidente Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e com a presença dos Srs. Vereadores Dr.ª Maria da Luz Nolasco Cardoso, Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos, Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Dr.ª Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Dr.ª Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Dr. João Francisco Carvalho Sousa e Dr.ª Helena Maria de Oliveira Dias Libório e Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins em substituição do Sr. Vereador Dr. José da Cruz Costa.

Pelas 20:40, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião.

APROVAÇÃO DAS ATAS

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata n.º 2.

SALDO DE GERÊNCIA

A Câmara tomou conhecimento do Mapa de Fluxos de Caixa relativo ao dia 2 de fevereiro de 2012, o qual acusa os seguintes movimentos:

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		2.086.312,14€	Total das Despesas Orçamentais		1.962.726,34€
Execução Orçamental	1.655.953,02€		Despesas Correntes	1.375.617,71€	
Operações de Tesouraria	430.359,39€		Despesas de Capital	587.108,63€	
Total das Receitas Orçamentais		2.637.967,09€	Operações de Tesouraria		174.422,63€
Receitas Correntes	2.396.059,91€		Saldo para o Dia Seguinte		2.755.458,17€
Receitas de Capital	235.113,46€		Execução Orçamental	2.331.193,77€	
Receitas Outras	6.793,72€		Operações de Tesouraria	424.264,40€	
Operações de Tesouraria		168.327,64€	Total...		4.892.607,14€
Total...		4.892.607,14€	Total...		4.892.607,14€

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Período de Intervenção do Público

O Sr. **Presidente** iniciou a reunião e, devido ao elevado número de munícipes, mais de 2 centenas, que estavam ali para apresentar suas opiniões sobre a construção da ponte pedonal Rossio-Alboi, decidiu com os demais membros de Executivo estabelecer algumas regras para o decurso da reunião, optando por iniciar a reunião pela intervenção dos munícipes.

Estabeleceu que haveria um prévio enquadramento do assunto pela CMA, com uma apresentação pelos seus técnicos, seguindo-se 2 momentos, sendo o primeiro o uso da palavra por quem assim o desejar e, em seguida, o uso da palavra pelos membros do Executivo. O segundo, em que voltam a falar os munícipes que assim o desejarem, e novamente voltam a se manifestarem os elementos do Executivo, encerrando o assunto.

Lembrou a todos que há cerca de 30 anos, esteve presente a uma reunião do Executivo, em que era presidente o Dr. Girão Pereira, quando se começava a desenhar a ocupação e utilização de Santiago, em que o autarca mostrava o desejo de que houvesse muito espaço verde, característica que distingue Aveiro entre os municípios do País, e que era fundamental a busca pela qualidade de vida dos cidadãos, bem como facilitar a sua mobilidade, tendo como alvos principais o Rossio, o Alboi, o Parque Infante D. Pedro, a Baixa de Santo António e o próprio Santiago. Lembrou, ainda, que há 3 novos espaços emergentes, que em breve estarão devidamente requalificados, o Canal de São Roque, que já o está, a antiga lota e a Av. Lourenço Peixinho. Logo, a ideia é ligar todos esses espaços, de modo a obter uma fruição contínua entre todos, que permita a sua utilização integrada, tanto por deslocação pedonal quanto pela utilização de bicicletas, triciclos etc., evitando-se o confronto com os meios automotores.

Apresentou, em seguida, um resumo de todos os momentos significativos do projeto, desde 2005 até este ano, lembrando os atos oficiais do seu lançamento, envolvendo os órgãos governamentais competentes, toda a divulgação à comunidade aveirense e o lançamento do correspondente concurso internacional da obra.

Em seguida, solicitou a intervenção dos técnicos da CMA, a fim de explanarem aos presentes os detalhes do projeto da ponte pedonal, inserido no planeamento paisagístico e da mobilidade para a cidade.

A Sr.^a Arquiteta **Emilia Lima**, da Divisão de Arquitetura e Paisagismo, discorreu sobre o Parque da Sustentabilidade, enquadrando neste o projeto da ponte pedonal, mostrando a continuidade a ser alcançada entre os diversos espaços que integram o eixo desde o Parque Infante D. Pedro até a antiga lota, e que inclui o Canal de São Roque e a Av. Lourenço Peixinho.

O Sr. Arquitecto **José Quintão** apresentou os detalhes técnicos e arquitectónicos da ponte pedonal, lembrando que é absolutamente falsa a afirmação de que este projeto desvirtua o previsto no programa Polis. Lembrou que é obrigação da autarquia, inserida numa diretriz governamental de atendimento às normas europeias, no sentido de que as cidades restrinjam fortemente a circulação automóvel e desenvolvam cada vez mais a mobilidade pedonal e de outros meios não poluentes.

Após esses esclarecimentos técnicos e sobre o plano de sustentabilidade e de mobilidade previsto para o desenvolvimento da Cidade de Aveiro, foi dada a palavra para a intervenção dos munícipes, que basicamente se dividiam entre aqueles favoráveis à construção da ponte pedonal, e os que se colocavam contra essa ponte. No

conjunto dos presentes, havia desde municipais na qualidade de habitantes e moradores das áreas envolvidas até representantes de associações diversas, de instituições ambientais, de instituições representativas de classes, passando por comerciantes, profissionais técnicos e profissionais independentes.

Opinaram, entre outros presentes, cujos nomes foram assentados, Teresa Campos, Paulo Mousinha, Gil Moreira, Gião Matias, José Carlos Mota, Cláudia Rodrigues, Fernando José, Domingos Cerqueira, Paulo Almeida, Graciete Peixinho, Paulo Rebocho, Gustavo Tavares, Ernesto Barros, Maria João Regala, Paula Barbado, José Augusto Rodrigues, Diogo Machado, José Belo da Fonseca, Pinto Monteiro, Humberto Santos, Fernando Pereira, Manuel Lopes, Rosa Oliveira, Artur Figueiredo, Luís Silva, João Barreto, Rosa Pinho, Tércio Guimarães, João Sardo, João Nunes, Rui Batista, Albuquerque Pinto.

Como as opiniões a favor e as contra acolhiam suas ideias centrais, com variações de argumentação, apresenta-se abaixo uma síntese dessas intervenções, que espelham as posições antagónicas expostas pelos intervenientes.

A favor da construção da ponte pronunciou-se o Sr. **Rui Daniel Ramos Amorim**, nos seguintes termos:

"Aproveito para salientar que a minha opinião é estritamente pessoal. É uma opinião que não verte quaisquer tendências políticas. É uma opinião de um aveirense que sempre exerceu o seu direito/dever cívico de votar. É uma opinião sobre o "projeto ponte pedonal sobre o canal central" e nada mais. Não saio em defesa de nenhum executivo em particular, não obstante, também é verdade que não me seduz o ataque fácil. É uma opinião que não tem a veleidade de se apoiar em argumentos técnicos, porquanto não sou nem arquiteto, nem engenheiro. É uma opinião de um aveirense de gema, nascido na Vera-Cruz e com assento profissional na Glória. É uma opinião de um aveirense de Aveiro.

Permitam-me que me apresente. Sou Rui Daniel Ramos Amorim, nascido a 29 de Julho de 1977, na Casa de Saúde da Vera-Cruz. Sou de Aveiro. Sou sócio e co-administrador de uma instituição que tendo nascido em Aveiro, tem atualmente filiais em várias cidades do país e também em Inglaterra. Uma instituição que celebra, em 2012, 25 anos e que recuperou a expensas próprias (entenda-se, sem quaisquer apoios camarários, nacionais e internacionais) uma das casas mais belas e com história da nossa cidade. Sou co-fundador, fui chanceler e sou atualmente vice-chanceler, de uma associação cultural aveirense que tem por missão promover cultura e tradição aveirenses, por esse mundo e futuro fora. Sou membro e sócio de outras instituições que visam contribuir para uma comunidade melhor.

Hoje, perante vós, é meu desejo dirigir uma palavra a todos os que (de forma mais ou menos organizada e com maior ou menor visibilidade) expressam as suas opiniões, ideias e preocupações em prol de Aveiro. Uma palavra de reconhecimento e agradecimento, uma vez que todos desejamos o melhor para Aveiro. Podemos, isso sim, na prossecução dos mesmos objetivos, defender ideias e projetos distintos. Uma palavra, então, de respeito à pluralidade de opiniões. Uma palavra de responsabilidade dirigida ao Executivo em funções, porquanto está no leme da nossa Aveiro.

É chegada a hora de partilhar, com todos vós, a minha opinião sobre a ponte pedonal sobre o canal central. Com toda a transparência, sou favorável a esta travessia pedonal. Sobre a estética, com a mesma objetividade, não me pronuncio. Já diz o sábio povo que "gostos não se discutem". Encaro com naturalidade que, aqui e hoje, estejam mais os que são contra o projeto do que aqueles que somos pró-projeto:.

**A ponte sobre o canal central vem unir e aproximar (não só fisicamente) as duas margens da cidade.*

**Vai permitir que os utentes de ambos os lados desta zona do Canal de Aveiro possam usufruir do que de melhor existe de um lado e do outro. Exemplos: estacionamento, comércio tradicional, restauração...*

**A ponte, com certeza, irá despertar iniciativas que aproveitem as potencialidades ainda por explorar. Estou a pensar em esplanadas, em inovadores e deliciosos percursos pedonais, em photo spots, etc., etc.*

**Não acredito que a ponte traga a prostituição para o lado sul da Ria. Não estou a fazer futurologia, antes a reconhecer o passado e o presente, infelizmente, também já existe prostituição deste lado.*

**Aceito as opiniões que defendem que a ponte pode deslocar o movimento boémio para o Alboi. Mas, ele já lá chegou. Basta lembrar onde está localizada uma das discotecas de Aveiro.*

** Importa ter, ainda, presente que o trajeto praça do peixe/bar dos estudantes/UA obriga a atravessar o Alboi.*

** Prostituição, movimento da noite e vandalismo são problemas comuns a ambos os lados desta zona da Ria. A iluminação a criar e o acréscimo de movimento pedonal podem até revelar-se dissuadores destes fenómenos.*

** Todo o Canal Central da Ria é atravessado por várias pontes. A exceção é somente esta.*

**As vantagens da construção desta ponte suplantam, na minha modesta opinião, as eventuais desvantagens.*

Em jeito de remate, permitam-me terminar com um repto em tom de desabafo: a edificação de um hub (gare intermodal de transportes) da Cidade de Aveiro

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, estimados amigos de Aveiro:

**Quero o melhor para a minha cidade.*

**Não subscrevo algumas iniciativas implementadas e a implementar, na nossa cidade. Certamente, por não as perceber.*

**Quero a ponte, sou a favor.*

**Não tenho elementos para opinar sobre a pertinência temporal e financeira da obra."*

Da mesma forma, por aqueles que estão contra a construção, pronunciou-se o Sr. **Manuel Pacheco**:

"Começo por fazer uma declaração de interesses: o movimento de cidadania organizado espontaneamente contra a projetada ponte pedonal é porque todos somos, gostamos, sentimos e amamos Aveiro, comungando do aveirismo.

Do que em Aveiro há – parafraseando Eduardo Cerqueira (1955) – é tolerância, civismo, cidadania, mar, céu sem limite, ria e São Jacinto, a única praia do Concelho.

As melhores pontes são: a tolerância, o civismo e a cidadania; devemos ser os cabouqueiros do interesse comum.

Queremos tratar deste problema criado pela edilidade com toda a elevação e respeito, ainda que não tenha havido a reciprocidade de atitude no que concerne ao direito à informação.

A clareza e transparência da decisão que esta Câmara tomou relativamente à projetada ponte sobre o Canal Central estão prejudicadas pela nula ou escassa informação dos propósitos e benefícios para a Cidade de Aveiro.

Estando a autarquia no rol dos municípios mais endividados do nosso país e tendo a Cidade de Aveiro e o seu concelho carências objetivas de toda a ordem, temos a certeza que o elenar de prioridades de intervenção na gestão da cidade está mal elaborada.

A cidade e o concelho têm ar de desmazelo: veja-se as artérias; atentem-se aos problemas com as intempéries; a degradação dos jardins e espaços públicos; a limpeza e o asseio; a falta de segurança de quem anda a pé pela cidade; a falta de respeito por quem entra e sai todos os dias para trabalhar ou estudar, por ausência de espaço apropriado, condigno e seguro; e as novas frentes ribeirinhas em degradação contínua.

Tardam as soluções, dando a edilidade prioridade ao contrário do senso comum e da sã expectativa dos munícipes.

Por acharmos que há desgoverno, estamos contra o modelo de sustentabilidade e mobilidade imposta pela autarquia, cujo expoente máximo, e péssimo, é a projetada ponte sobre o Canal Central da cidade, destruindo um ativo imaterial ímpar que nos caracteriza como urbe.

Ganhar as eleições não dá o direito a ninguém de lesar o interesse público, defendido aqui por este movimento de cidadania.

Sr. Presidente, Dr. Élio Maia, arrefeça a sua espontânea paixão; apelamos ao renascer do bom senso e bom gosto do Senhor Presidente e dos seus pares.

Cabe a V. Exa., Sr. Presidente, mandar cancelar o pontão para bem do povo de Aveiro.

Em boa verdade, o que queremos saber é o que o Sr. Presidente tem para nos dizer de significativo e que suporta a sua tão apaixonada decisão, às seguintes perguntas que formulamos:

** A ponte é uma necessidade crucial e absoluta?*

** A ponte é uma prioridade naquele local?*

** A ponte por ter financiamento terá de ser executada contra a vontade dos cidadãos que a vão pagar direta e indiretamente?*

** No rol das prioridades mais relevantes para o bem da cidade, esta prioridade da ponte é a que tem a primazia sobre todas as carências que bem conhece?*

Muito obrigado pelos seus esclarecimentos."

Não tendo havido mais pedidos de intervenção por parte dos munícipes, o Sr. **Presidente** passou a palavra aos membros do Executivo.

O Sr. **Vereador Dr. João Sousa** iniciou por cumprimentar e elogiar a atitude dos munícipes que estavam presentes para apresentarem as suas considerações, demonstrando o sentido cívico e a preocupação pelos interesses do município, tendo realçado uma frase ali proferida pelo munícipe Diogo Machado, de que "a ponte vai unir", da qual discordou frontalmente porque achava que a ponte não vai unir, porque está a dividir, desde há vários meses, uma vez que há divisão não só na população como no próprio Executivo. Lembrou que há projetos perfeitamente aceitáveis, que devem ser apoiados e que devem ser executados, no âmbito do Parque da Sustentabilidade, mas que, entretanto, há claramente 3 situações que não devem ser consideradas, na opinião do PS: a ponte sobre o Canal Central, o Alboi, na sua forma inicial, mas que entretanto teve alterações que o

cidade. Consideramos assim que estamos perante um ex-libris de Aveiro que deve ser alvo de medidas legais com vista à sua preservação.

Assim, os Vereadores do PS propõem à Câmara que inicie junto do IGESPAR o processo de classificação dos muros e do Canal Central, entre a Ponte de Praça e a Ponte da Dobadoura. Muito obrigado."

Em seguida, a Sr.^a Vereadora Dr.^a Ana Neves apresentou as suas considerações, pela leitura do texto abaixo transcrito:

- 1. "Considero, por princípio, que as pontes são positivas. Em abstrato, sou favorável.*
- 2. A ponte não está dentro da minha área profissional, pelo que não desejei contrariar um projecto tão caro ao executivo que integrei;*
- 3. Mas sendo, agora, necessário exprimir a minha posição, afirmo que sou contra, no caso concreto.*
- 4. Seria, eventualmente, favorável a uma ponte que:*
 - Ocorresse antes da curva do canal central, para peões e bicicletas;*
 - Em que estivesse demonstrada, inequivocamente, a sua utilidade;*
 - E a um custo significativamente mais reduzido, em que a relação custo-benefício fosse claramente demonstrada.*
- 4. As razões pelas quais sou contra são:*
 - A ponte, naquele local, prejudica a imagem mental que temos de Aveiro;*
 - Mas acima de tudo, agora na minha área profissional, sei que não temos dinheiro para ela. E quando me argumentam que é altamente financiada, lembro que tudo se paga e, por causa deste tipo de lógica, é que, agora, estamos todos a pagar esta crise; é essa a fatura).*

Solicitou a palavra a Sr.^a Vereadora Dr.^a Maria da Luz Nolasco para apresentar a seguinte declaração sobre a análise do assunto em questão:

"Começaria por referir que é minha convicção que uma cidade não pode envelhecer a cabeça das pessoas e esta tem de problematizar a sua realidade e o seu espaço físico. Também é verdade que devemos procurar experiências várias que nos dêem um rumo de verdade.

Vocês obrigaram-me a pensar e refletir e eu queria lembrar alguns casos que também provocaram reflexão.

À guisa de exemplo, lembro a Casa da Música no Porto cuja edificação se impôs em confronto com a envolvente; lembro a Torre da autoria do Arqt.^o Fernando Távora, nas imediações da Sé do Porto e da sua difícil aceitação pública, hoje um caso feliz de renovação urbana e arquitectónica do lugar; destaco ainda o Centro de Arte Contemporânea - Fundação Serralves, em confronto com o Parque Natural onde o Arqt.^o Siza tão habilmente instalou este Museu; ou ainda o Centro Cultural de Belém mesmo ao lado do Mosteiro dos Jerónimos e, no caso de Aveiro, destaco também a ampliação do Teatro Aveirense e o novo perfil que este impôs à cidade, a par com a construção do edifício do Centro Avenida na retaguarda da antiga Capitania do Porto de Aveiro, e cuja cêrcea interferiu no emblemático edifício, um ex-libris da cidade. Lembro, ainda, as controvérsias em torno dos edifícios da Segurança Social e Fernando Távora. Ainda em Aveiro e na Av. Dr. Lourenço Peixinho foi construído um viaduto que desventrou a cidade junto à antiga Estação da CP, e construiu-se um hotel, o Hotel Meliá, junto à Ria,

que escondeu o Centro Cultural e de Congressos, ou seja, a antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos, hoje requalificada e património arquitectónico industrial de Aveiro; muitos destes exemplos têm tanto de controverso como de soluções válidas na revitalização dos centros urbanos, e válidas na fixação de novos residentes, evitando a desertificação que hoje está patente nos centros das cidades.

Também quero referir e o viaduto ao final da Avenida, sob a Estação da CP, que atende ao escoamento viário, mas que veio perturbar a fixação de residentes naquela área. Infelizmente, há muitos bons exemplos, outros menos felizes e que perduram, mas que ficamos a aprender com todos eles.

Não sabia da posição da ADERAV, que estava tão contra, uma vez que faz parte dos apoiantes do Parque da Sustentabilidade, pois com certeza não se manifestaram na altura.

Assim, e respondendo à questão que me acabam de colocar na audiência acerca da minha opinião sobre a existência de uma ponte e da sua razão de ser, sendo que a mesma vai desaguar no meu bairro, no nosso bairro, na minha rua, na nossa rua e, sem uma razão aparentemente válida, será isso que nos move? Fazer o que não sabemos, ou como fazer, na ânsia da procura da verdade? Tal como no Bairro do Alboi o projecto ganhou força e a razão das nossas convicções e os símbolos da memória colectiva imperaram.

Sobre esta interpelação posso apenas responder que também não tenho certezas que esta ponte seja a solução para a qualificação do território e da cidade. Mas acredito que a ponte pode dar qualidade de vida aos aveirenses e que até pode ser o pretexto para um virar de página nos postais ilustrados centenários da cidade de Aveiro.

Tal como aconteceu com todos esses edifícios, são exemplos que nos podem servir para facilitar realmente a ligação, enfim, uma nova forma de perceber, ter novos hábitos de utilização da cidade, considerando que o passeio público possa ser encarado como algo salutar e de uma vivência nova e renovada na cidade. Não acredito em cidades fossilizadas e acho que devem evoluir, renovar-se, revitalizar-se.

Tenho muitas dívidas e acho que hoje o que aqui se passou, uma manifestação de uma força maior, e acho que estão mesmo de parabéns pela forma como afirmam também as suas convicções, o que nos move a todos nós, e o Executivo não é insensível a isto.

Acho que há um projeto, há um compromisso, que já vem de longa data, acho que há muitas questões em torno dele, que devem também ser repartidas e colocadas por todos nós, acho que nada é definitivo e que todos nós temos que refletir. Reflexão que todos devemos ter, considerando as opiniões aqui colocadas, quer construindo alguns metros à frente ou atrás quer promovendo alterações que tecnicamente sejam possíveis.

Lembro, ainda, que nas questões de cultura e de património, da preservação da paisagem e das imagens imateriais que integram a nossa memória colectiva muitos são os exemplos fontes de ruptura no contexto urbano e paisagístico estabelecido.

Logo, a Ponte sobre o Canal Central, longe de ser um obstáculo à navegabilidade da nossa vista, tal como à do próprio Canal, poderá ser usufruída por nós todos como caminho de “novos” encontros.”

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira, após cumprimentar os presentes, elogiou o espírito de participação dos munícipes, mas quis fazer um reparo sobre algumas intervenções, lembrando que em democracia há liberdade de expressão, mas o exercício desta impõe certos limites. Lembrou que as pessoas que estão mandatadas por voto

popular para tomar decisões, o fazem com critérios, com objetivos e em respeito por programas. Logo, quando são emitidas opiniões a dizer que os decisores o fazem com atitudes autistas, entendia que estavam ultrapassados esses limites e que se sentia magoado com afirmações desse teor. Concordando com a afirmação de um munícipe de que a eleição não é um cheque em branco, lembrou que estavam ali com o compromisso de executar um programa eleitoral dos mais claros dos últimos anos, em termos de projetos específicos, sendo que o primeiro desses objetivos era a concretização do Parque da Sustentabilidade. Um projeto claro, que teve divulgação por mais que uma vez, teve assembleias municipais para o debater, esta ponte teve, em conjunto com outros projetos, em exposição no Museu da Cidade para todos verem do que se estava a tratar. Disse que não aceitava essa crítica e que tinha pena por algumas pessoas ali presentes estarem desinformadas, visto que aquele era um projeto amplamente debatido e dos mais escrutinados entre os havidos no concelho.

Em relação ao que foi dito sobre a ação do Arq.^a Bruno Carvalho, disse que este o que havia feito, numa apresentação, fora colocar sobre o plano da POLIS o projeto da Avenida, e o da POLIS não tem ali a ponte. Foi a única coisa que ele disse, além de ter afirmado que quanto mais pontes tiver, melhor.

Sobre o Parque disse que é um dos projectos mais interessantes daquilo que é a construção de uma cidade e provavelmente a CMA nunca teve num só projecto municipal tantos parceiros envolvidos, dizendo acreditar que é em parceria que as coisas são construídas.

Sobre a outra ponte, que também não reúne consenso, disse ser um projecto que já existia quando este Executivo chegou à CMA, há cerca de 6 anos, que é a ligação entre a Baixa de Santo António e o Parque Infante D. Pedro. Portanto, achava pena que houvesse partidos políticos que mudassem de opinião, o que era bom, mas que o dissessem publicamente.

Referiu que é um projecto de parcerias para a reabilitação urbana, que está a ser preparado há cerca de 4 anos, que o Executivo entende como prioritário, sendo uma reabilitação de espaços verdes, e lembrou que a prioridade se deveu ao facto de que há muitos anos que se fala em degradação do Parque e da falta de ligação que agora se pretende.

Em relação ao dinheiro, já estão garantidos 80%, mas que em fase de programação espera-se que vá até aos 95%. Se na data da reunião fosse dito que não seria realizado o projecto, teria de ser indenizado o consórcio e o dinheiro não poderia ser utilizado em outro projecto qualquer e, se não avançar brevemente, perdem-se as candidaturas em curso.

Fez uso da palavra, em seguida, o Sr. **Vereador Eng.º Carlos Santos**, lembrando a todos que já era conhecido o seu pensamento sobre a ponte, porque havia tomado uma posição pública, a favor da sua construção, posição esta pela composição de um texto que classificou de educado, civilizado e que não ofendeu qualquer cidadão aveirense, tendo afirmado ter o direito de dizer aquilo que pensa.

Disse ter ficado chocado com algumas intervenções, citando uma de um arquiteto que disse que *“nós estamos a manipular, que nós temos uma mentalidade bacoca”*, e para aquele arquiteto ele respondeu que o folheto distribuído com o título Esta Ponte Não, da secção regional do norte da Ordem dos Arquitetos, e que deu origem a toda esta movimentação, apresentava uma ponte que classificou de *“criminosa”*, pois nada tem a ver com a ponte do projeto, e *“quem fez a manipulação não fomos nós”*. Ainda quanto ao texto do panfleto, que

afirma que as rampas dificultam o acesso aos idosos e aos que têm dificuldade de mobilidade, respondeu que “é mentira, pois esta ponte é para todos os cidadãos”. Também o texto afirma que serão contrariados os estudos urbanísticos da POLIS e do eixo Rossio-Avenida, pelo que afirmou que “é mentira também”. Sobre a assertiva do texto de que a ponte permite uma diminuição de apenas 2 ou 3 minutos no tempo de travessia entre margens, disse que “isto é de rir; o senhor nunca deu a volta, e se tivesse crianças ir dar a volta à placa central para ir para o outro lado..., isto é demagogia, isto é mentira. Os senhores dizem que os 600 mil euros podiam ser aplicados em projetos verdadeiramente úteis à cidade. Os senhores sabem que isto é mentira, que esta verba é dum projeto comunitário e só pode ser usada para este fim; isto é manipular”.

Sobre a afirmação de que o Executivo poderia ser responsabilizado, respondeu que “vocês também poderão ser responsabilizados; mandei o texto para a Ordem dos Arquitetos e hoje recebi esta informação: A Ordem dos Arquitetos, Seção Regional do Norte, desconhece em absoluto a origem do manifesto com apelo à intervenção cívica quanto ao projeto da ponte pedonal no Canal Central de Aveiro. Mais informa que o uso do logotipo desta Ordem, nomeadamente do seu núcleo distrital, é totalmente abusivo e não autorizado. Trataremos de averiguar qual a sua origem e tratar pelos meios legais, dirigidos contra quem o utilizou a imagem de forma não autorizada”.

Lembrou a construção de pontes anteriores sobre o canal, sem a altura necessária para que os barcos moliceiros pudessem navegar com a sua proa característica e que este Executivo promoverá a elevação necessária. Disse que sempre que se projetam pontes nas cidades há manifestações contrárias, citando como exemplo emblemático a Cidade de Veneza, onde também os houve, mas que invariavelmente os resultados acabam por trazer maior dinâmica às cidades, em todos os aspectos, comerciais, paisagísticos e de mobilidade.

O Sr. **Presidente** desejou responder a uma das indagações, sobre a localização da ponte, diferente da prevista pelo POLIS, dizendo que esta ponte não anula em rigorosamente nada a da POLIS e, como é público, o programa POLIS há-de desenvolver-se para outro lado. Pediu a cada um que ali estava que se dispusesse a ir ver o local previsto para a construção da ponte da POLIS e verificasse, com rigor e atenção, que esta desembocaria num passeio de 1 metro de largura apenas, à beira de uma via de intenso trânsito de veículos que diariamente entram e saem de Aveiro. E cria que, se a CMA ali construísse a ponte, seguramente o Executivo seria confrontado com um protesto não de pouco mais de 2 centenas de munícipes, mas de, pelo menos, acima dos mil, que ali estariam a chamar os membros desse Executivo de incompetentes.

Afirmou que, em recente conversa com um arquiteto dos quadros da Câmara há 30 anos, jamais houve um projeto da autarquia que tivesse tanta participação popular, tivesse sido tão divulgado, tão escrutinado pela comunidade, tão tecnicamente analisado, interna e externamente, e foi aprovado há 3 anos. Foi publicado no Diário de Aveiro, no Boletim Municipal, houve apresentações na Associação Comercial, na Junta da Glória, na Banda Amizade. Houve uma reunião da Assembleia Municipal, realizada em Junho/2010, em que o projeto foi apresentado, com participação pública, assim como houve, nesses 3 anos, 36 reuniões de Câmara, públicas, em que as pessoas podiam ter sido ouvidas sobre o projeto, podiam ter questionado o que fosse, mas nunca o fizeram. E o processo foi avançando com reuniões, seminários, apresentações e debates e, a cada passo, responsabilidades são assumidas e há leis para se as cumprir, estando a obra, neste momento, adjudicada a um

empreiteiro. Houve cidadãos aveirenses que levaram às entidades reguladoras competentes, sediadas em Coimbra, as suas contestações e razões para impedir o projeto, argumentação que foi analisada e não acolhida, até que foi expedida a documentação pertinente para a autorização de execução do projeto.

A Sr.^a **Vereadora Dr.^a Marília Martins** quis registar algumas ideias, apesar de a declaração do PS já ter sido apresentada, pois não conseguiu clarificar qual era realmente a posição de alguma teimosia do Sr. presidente, uma vez que além da posição do PS, há a declaração da Dr.^a Ana Neves e a posição da Dr.^a Maria da Luz Nolasco, que apresentou dúvidas, sem que se ficasse a saber claramente qual era afinal a sua posição. Entendia que devia ser ouvida e respeitada a posição dos aveirenses, que se mostram maioritariamente contra, além de que gostaria de saber essencialmente por que a ponte deveria ser naquele local e não noutra. Assim como gostaria de ser esclarecida por que o projecto não pode ser revisto e estudada a possibilidade de construir junto ao Canal das Pirâmides. Disse que considerava mais importante a recuperação dos passeios que impedem a livre circulação das pessoas com dificuldades de mobilidade, e que se deve incentivar que as pessoas andem cada vez mais, ao invés de reduzirem percursos, que as façam andar menos, uma vez que a tendência é do aumento progressivo da população idosa, que necessita de se movimentar para garantir melhor qualidade de vida. Lançou o repto de que se aposte nos circuitos para bicicletas, nas rampas que permitam o uso de cadeiras de rodas e outras medidas facilitadoras de mobilidade.

Em seguida, a Sr.^a **Vereadora Dr.^a Helena Libório** interveio para *“dizer aos cidadãos de Aveiro e aqueles que adotaram a cidade para viver que manifestaram aquilo que, de fato, é o exercício da cidadania; vieram dizer aquilo que pensam sobre a construção de uma ponte. Devo dizer-lhes que eu votei contra a adjudicação desta obra, porque entendo que é absolutamente fundamental preservar o Canal Central. Não discuto o projecto de arquitectura. Não sou arquitecta, há várias sensibilidades estéticas mas considero que o Canal Central está ameaçado com a construção desta ponte naquele local. Alguns de vós vieram aqui hoje dizer-nos isso. Já em algumas reuniões em que o assunto foi analisado, tivemos oportunidade de fazer o repto à maioria para que voltasse atrás e que não executasse a ponte tal como está planeado. Em democracia, nós podemos ter várias opiniões, podemos analisar as decisões e ponderá-las, ainda que elas, em algum momento, tenham algum custo, seja ele de que natureza for. E, portanto, eu gostaria de reafirmar, apesar de o meu colega ter falado em nome dos 3 vereadores eleitos pelo PS, perante vós aqui presentes, por respeito à vossa presença, qual a minha posição relativamente à construção desta ponte sobre o Canal Central”*.

O Sr. **Vereador Dr. João Sousa** voltou a usar da palavra para esclarecer ao Sr. Eng.^o Carlos Santos, *“que disse que eu falo grosso, penso que não falei. O Eng.^o Carlos Santos convive comigo, desde 30.10.2009, e penso que sempre tive esta forma de intervenção, talvez um bocadinho mais empolgada, mas nunca foi essa a minha preocupação nem intenção. Eu compreendo que o Eng.^o Carlos Santos esteja nervoso, esteja irritado, mas claramente não descarregue em cima de mim a sua irritação.”*

Em relação à intervenção de um município, que quis saber onde ele se encontrava há 10 anos, lembrou-o de que estava em Aveiro há 58 anos e que podia dizer que a cidade estava melhor nessa altura.

Acta
R. -
Amc
Paul
7.
Q.

Sobre a afirmação que ali foi feita de ser este um processo participado, disse que não houve um sentido biunívoco na relação, pois são apresentados processos concluídos, sem a possibilidade de alterações em função das sugestões das pessoas. Em Dezembro de 2009, quando do concurso para a adjudicação, esta situação foi alertada, tendo sido feita uma declaração de voto em ata de reunião, exatamente a discordar do local da construção, por causa do desvirtuamento da paisagem, e propondo deslocalizar a implantação para o Canal das Pirâmides. Disse que ali todos tinham sido ouvidos, mas que disso nada resultaria, uma vez que a decisão estava tomada pela maioria, que teria de arcar com o ônus político da decisão. Acrescentou que é uma intervenção agressiva, em termos arquitetónicos, é destruidora da identidade e da memória de Aveiro, pelo que esperava que o Sr. Presidente refletisse sobre tudo o que ali ouvira e pensasse bem no que pretendia fazer.

O Sr. **Vereador Eng.º Carlos Santos** agradeceu a presença de todos, dizendo ter sido uma reunião excecional, e disse ao PS que não havia memória na CMA de um partido político que estivesse em maioria tenha facultado tanta documentação à oposição como tem acontecido ultimamente, mas sentia que o PS nunca achava ser suficiente. Apresentou uma relação de toda a documentação que dera ao PS, na reunião de 3.11.2011, assim como uma relação de peças pedidas pelo PS, em 7.09.2011, outra de documentos pedidos pelo PS, em 7.11.2011, mas sempre ouviu queixas de que as informações nunca chegam, nunca são suficientes, que a coligação as esconde, não as fornece. Acrescentou que muitas vezes não dispõe da documentação que lhes é solicitada pelo PS e que *“quem dá o que tem, a mais não é obrigado”*.

A Sr.ª **Vereadora Dr.ª Ana Neves** apresentou a seguinte declaração, que leu e ditou para a ata:

“Uso a palavra para lhe responder, podendo desta forma esclarecer a audiência, em relação ao teor das suas palavras.

Desde que tomei conhecimento da existência desta ponte não mudei de opinião, apesar de se o tivesse feito, estar aqui disponível para o justificar.

Na minha intervenção anterior esclareci “A ponte não está dentro da minha área profissional, pelo que não desejei contrariar um projecto tão caro ao executivo que integrei”; Sr. Presidente, isto significa que o apoiiei, numa área em que o considerei bem acompanhado tecnicamente;

*Mas a minha opinião, efectivamente a minha, e não aquela que optei por apoiar, em nome da coesão executiva, é: **a fazer a ponte**, colocá-la-ia antes da curva do canal central;*

*Mas já na altura e ainda mais hoje, coloca-se a pergunta basilar: fazia a ponte? E esta é parte permanente, estável, da minha opinião, que apenas se tem vindo a fortalecer ao longo deste tempo, e que tanta divergência gerou entre nós, que se prende com a discordância quanto à forma como se estão a utilizar os dinheiros públicos. **Eu não fazia esta ponte.***

Pergunto: precisamos realmente desta ponte? Será que, quando Portugal está a perder tecido empresarial, a gerar desemprego, a empobrecer, ela é prioritária? Eu acho que não mas ...

Compreendo que os custos de voltar atrás, serão eventualmente excessivos face ao capital próprio a assegurar pela Câmara;

Compreendo que os valores garantidos com a candidatura não serão reencaminháveis para outros projectos.

Mas, Sr. Presidente, eu, se fosse Presidente, avaliava a possibilidade de voltar atrás.

O Sr. **Vereador Dr. Pedro Ferreira**, respondendo ainda a uma pergunta dos munícipes, ainda na 1.ª parte, a respeito da inclusão do Bairro Santiago e do Rossio, esclareceu que a candidatura foi rejeitada pelo Mais Centro exatamente por terem sido integrados os 2 locais, e obrigou a reduzir a área de intervenção, que no caso do Bairro Santiago foi pela área e pela tipologia da intervenção prevista. Por isso, disse que a CMA concordava com o dito na intervenção, de que aquelas áreas necessitam de intervenção, porque eram uma mais-valia para esse projeto da ponte, em termos de continuidade e espaços verdes. Em relação ao Rossio, teve a ver com a área de intervenção, sendo expectável que venha a ser recuperado por um outro processo que estava em curso.

Acrescentou que, falando na qualidade de munícipe e morador no limite do Bairro Santiago, a área das Glicínias, tem gosto em percorrer todo esse corredor verde, que denomina como a Central Park de Aveiro, e gostava de ver toda essa área completamente requalificada. Era esse o objetivo inicial, mas não foi possível, como referira, pela área e pela tipologia da intervenção.

Também quis esclarecer o porquê de sempre ser mencionado o todo e não especificamente na ponte, e esclarecer que a ponte se enquadra num projeto e que ficara impressionado com as palavras de algumas pessoas que, por efeito profissional, deveriam defender as rampas dizerem que aquelas não ficam bem. Pois afirmou que elas lá estão exatamente em respeito à mobilidade, consoante outro projeto, o Projeto Rampa, que prevê uma intervenção de raiz no município. Além do mais, a ponte tem um contínuo com o Alboi, que será quebrado se a ponte for construída em outro local.

O Sr. **Presidente** agradeceu a todos a elevação como correu a reunião, em que todos os quiseram apresentaram as suas razões com entusiasmo mas com civismo, assim como de forma exemplar, pois normalmente o cidadão coloca a culpa nos eleitos pela não participação, mas a reunião demonstrou que quando os munícipes tomam a iniciativa encontram acolhimento para apresentarem as suas reivindicações, o seu protesto com o que discordam.

Agradeceu ao Sr. José Carlos Mota pela intervenção em que lembrou a reunião da Assembleia Municipal de Julho/2010, quando o Executivo solicitou que os munícipes apresentassem as suas ideias, reivindicações ou propostas em geral, para o que havia um limite temporal, que era o dia 31.05.2011, que era o dia limite para a CMA ter apresentado em Coimbra, no Mais Centro, os projetos de especialidade. Porque, ou entregávamos todos os projetos do Parque da Sustentabilidade, que eram muitos, ou não os entregávamos e, então, não haveria participação. Já se tinham passado 7 meses da data limite e a CMA não poderia ter ficado à espera de propostas, após a data limite, além de que ninguém desculpava o Executivo por ter deixado de entregar todos os projetos em Coimbra.

Destacou alguns dos questionamentos apresentados pelos munícipes, ao longo da reunião, aos quais deu uma breve explicação sobre o seu enquadramento no projeto, tendo dado particular ênfase ao ponto em que a CMA tinha especial interesse de que o projeto o acautelasse, que era a necessidade de que permitisse a todos os cidadãos, sem exceção, o acesso à ponte, independente do grau de dificuldade de mobilidade que tivessem.

Lembrou um constrangimento fundamental impeditivo de que o projeto possa sofrer qualquer tipo de alteração que provoque dilatação do prazo de execução, uma vez que há constrangimentos legais que obrigam a estrita observação do cronograma acordado, sob pena de não serem recebidos os valores previstos na comparticipação.

Para finalizar, explanou aos presentes, em ordem cronológica, os diversos momentos em que o projeto esteve envolvido em comunicações, em debates e em compromissos formais e contratuais, quer através de órgãos de comunicação social, em comunicados panfletários, enviados às residências e estabelecimentos do município, antes da assinatura formal da contratação do projeto, em sede de Reunião de Câmara, perante entidades governamentais reguladoras desses processos.

E, em Outubro/2009, posteriormente a todas essas datas, foi enviado a todos os munícipes um documento que, na sua página 36, a primeira proposta, o primeiro compromisso assumido pelos membros da maioria do Executivo que ali estavam presentes, que tinham concorrido pela lista que ganhou as eleições, na área do ordenamento e urbanismo, foi, primeiro, construir o Parque da Sustentabilidade. Assim, será construído o Parque mencionado no documento que foi enviado às residências, o Parque que foi publicado no Informativo da CMA, o Parque que foi contratualizado, isto é, assinado com a Administração Central e o Mais Centro. Construir outro parque ou não construir o previsto era fugir aos compromissos, quer com aquela entidade quer com os aveirenses.

Finalizou por dizer que permitia que lhes fosse pedido qualquer coisa, pelo que iriam ver a possibilidade de ser conseguida, mas que não lhes fosse pedido para não cumprir o que fora prometido.

Dado o avançado da hora, ficaram todos os pontos constantes da ordem de trabalhos adiados.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de janeiro, tendo a mesma sido distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 01:55, do dia 3. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que foi assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e por mim, João Carlos Vaz Portugal, João Carlos Vaz Portugal, Diretor do Departamento Administrativo e de Pessoal.

Sigfrido 5/ Ana Maria N.
João Carlos Vaz Portugal Teófilo Jesus Christo
Adel Ab Manoel Martins
Ph L R 1 At L Manoel Martins